



RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES - 2022

ALIANÇA PARA A SAÚDE

MOÇAMBIQUE



Período de: Janeiro a Dezembro de 2022

Responsável: Violeta Bila (Coordenadora da Aliança para a Saúde)



ÍNDICE

ACRÓNIMOS		3
1. INTRODUÇÃO		4
1.1 Análise do Contexto		5
2. PROGRESSOS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS 3 PILARES DA APS		7
2.1 Pesquisa		7
2.2 Formação – Escola de Activismo em Saúde (EAS)		10
2.3 Advocacia – Acção para a Saúde		22
3. GESTÃO DA REDE ALIANÇA PARA A SAÚDE		39
4. PROPOSTA DE ACÇÕES PARA O ANO 2023		40
5. CONCLUSÕES		41



ACRÓNIMOS

ACEA – Associação Comunidade em Acção

ADEMO – Associação dos Deficientes Moçambicanos

ApS – Aliança para a Saúde

CAIVV – Centro de Atendimento Integrado às Vítimas de Violência

CESC – Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil

CSMSC – Comunicação em Saúde para Mudança Social e Comportamental

CSP – Cuidados de Saúde Primários

DSS – Determinantes Sociais da Saúde

EAS – Escola de Activismo em Saúde

FM – Fórum Mulher

MISA – Instituto para a Comunicação Social da África Austral – Moçambique

MISAU – Ministério da Saúde

OCS – Observatório Cidadão para Saúde

VBG – Violência Baseada no Género



1. INTRODUÇÃO

A **Aliança para a Saúde** é uma rede de entidades da sociedade civil, de diferentes áreas de intervenção na sociedade (saúde, educação, género, ambiente e outras), que se quer constituir como movimento social para defender o Direito à Saúde para toda a população de Moçambique, mediante a partilha de conhecimento e evidências, a formação e a realização de acções de advocacia e sensibilização. A **Aliança para a Saúde** tem como missão incidir nas políticas públicas em Moçambique através de um maior engajamento e participação dos cidadãos, de forma a permitir que a saúde seja um direito ao alcance de toda a população.

A **Aliança para a Saúde** foi organizada e estruturada a partir da soma de esforços e contributos dos seus membros, sem necessidade de uma estrutura complexa ou que acarrete recursos que estes não possam assumir.

Este relatório anual cobre o segundo ano de implementação das actividades da rede, de Janeiro a Dezembro de 2022. Neste reporte procura-se destacar os eventos, acções que contribuíram para a manutenção da rede, assim como apresentar os resultados alcançados face as actividades planificadas.

O plano de trabalho do segundo ano da rede centrou-se nos seus três pilares: **Pesquisa, Formação e Advocacia**, a partir da abordagem dos *Determinantes Sociais da Saúde* (DSS) e numa visão da saúde enquanto direito humano. Os três pilares foram implementados em simultâneo, tendo em conta que se complementam entre si.

No segundo ano de implementação da rede, conseguiu-se avançar na sua implantação e um importante reconhecimento por parte de diferentes actores e organizações da sociedade civil incluindo do governo. Neste sentido, foram iniciados processos de influência política em torno da revisão da carta de direitos e deveres dos utentes, a luta para instalação de casas de acolhimento para mulheres vítimas de violência, melhoria da qualidade de prestação dos serviços, trabalhar a componente de inclusão social, aspectos que serão consolidados no terceiro ano da rede.

Em termos de adesão de novos membros, a rede cresceu de 9 para 17 membros efectivos e que participam de forma activa nas acções da rede, para além de 8 pessoas que participam de forma individual. No ano 2022, juntaram-se à rede a **Namati**, **Instituto Papito do Brasil**, a **ACEA – Associação Comunidade em Acção** e a **Kutenga**. E encontram-se, actualmente, o **MISA Moçambique** e a **ADEMO – Associação dos Deficientes Moçambicanos** aguardando a aprovação da sua candidatura.



1.1 Análise de Contexto

O subfinanciamento do sector da saúde a longo prazo por parte do Estado e o papel desempenhado pelos doadores, com uma clara aposta no financiamento de programas verticais de difícil integração no funcionamento rotineiro do sistema de saúde, marca de certa forma o período em reporte.

A pandemia de COVID-19 que, apesar do baixo número de pessoas afectadas relatado no país em comparação com outros países, afectou o funcionamento do sistema de saúde e do país, por vezes dificultando a realização das actividades programadas da maioria dos actores, tanto estatais como não estatais.

No período anterior a este relatório (em 2021), Moçambique já tinha saído da sua segunda vaga de COVID-19 (Junho a Agosto de 2021), com efeitos sobretudo na Cidade de Maputo. Em Dezembro de 2021, o país viveu uma terceira vaga de novos casos, tendo atingido o seu pico mais alto precisamente a 31/12/2021, com 4.861 novos casos, também maioritariamente em Maputo.

Esse pico de casos foi drasticamente reduzido no espaço de um mês e o país entrou então numa nova fase, com poucos casos novos, excepto no mês de Junho, quando ultrapassou a centena. A 20 de Abril de 2022, o Presidente de Moçambique anunciou o fim do Estado de Calamidade Pública, decretado em 2020. E a 1 de Setembro, o Governo decretou as medidas compatíveis com o novo estado de Emergência de Saúde Pública, considerando o número reduzido de novos casos.

A análise que se pode fazer em termos socioeconómicos e até de exercício de liberdades (direitos humanos) é de um contexto de privações e uma economia desacelerada. Esta situação (COVID-19) reduziu a capacidade de provisão de serviços por parte do sector saúde, já que aumentou a demanda de serviços e a complexidade a nível da gestão hospitalar, enquanto que o acesso aos serviços pelos cidadãos se reduziu ainda mais. Num contexto de baixa produtividade por conta das restrições, reduziu-se a capacidade de arrecadação de receitas por parte do Estado e, consequentemente, reduziu-se a sua capacidade de provisão de serviços e/ou financiamento de serviços básicos.

Para muitos utentes acederem aos serviços básicos, necessitam de um sistema de transporte público funcional. No entanto, para poderem respeitar as normas sanitárias obrigatórias, os transportes reduziram a sua capacidade de resposta. Em 2022, o sector teve o seu maior foco na resposta à COVID-19, ressentindo-se desta forma os outros serviços.

Para além da calamidade pública, em Moçambique também se continuou com os desafios provocados pelo conflito armado em Cabo Delgado e noutras províncias do norte e centro. A escalada do conflito



armado na província de Cabo Delgado, que já provocou mais de 1 milhão de pessoas deslocadas¹ e mais de 4.500 mortos.² Este conflito está a provocar o colapso do sistema de saúde nos distritos mais afectados desta província, agravando a situação humanitária desesperante da população. Para além de sufocar a rede hospitalar das outras províncias para onde várias pessoas buscam segurança e protecção, como são os casos das províncias vizinhas de Nampula e Niassa.

As actividades de várias organizações da sociedade civil, ONGs e até das instituições estatais no norte de Moçambique estão a ser adaptadas para responder às necessidades de desenvolvimento e emergência, principalmente para os deslocados internos mais vulneráveis, com a aplicação de uma abordagem cada vez mais evidente do Nexo Humanitário, Desenvolvimento e Paz (HDP), tendo em conta os efeitos a longo prazo desta crise.

Para além da COVID-19 e do conflito armado em Cabo Delgado, o país foi assolado por desastres naturais como o Ciclone Ana. Este ciclone afectou 5 Províncias (Nampula, Zambézia, Tete, Niassa, Sofala e Manica) com Tete, Zambézia e Nampula a sofrer o maior impacto. De acordo com a UNICEF, mais de 23.400 casas ficaram parcial ou totalmente destruídas ou inundadas e 13 instalações de saúde ficaram danificadas ou destruídas.³

Em termos de governação e gestão de administração pública, foi realizado no país o julgamento das *Dívidas Ocultas* ou não declaradas. Este julgamento foi conduzido durante vários meses, tendo finalizado no fim do ano 2022.

Em simultâneo, houve várias mudanças na estrutura governativa do país. Vários dirigentes mudaram de cargos e outros de províncias e sectores, desde ministros até secretários de Estado. Ao nível do MISAU houve mudanças de dirigentes.

O último acontecimento, que propomos apontar neste relatório é a discussão da lei das organizações sem fins lucrativos. Esta lei é vista pelo governo como uma ferramenta de controlo do terrorismo no país. Mas, a sociedade civil vê esta lei como mais uma forma de limitar o direito de associação. Esta situação pode ser interpretada como existência de um estado que não tolera a participação cívica e um cada vez maior encerramento do Estado e do próprio espaço cívico.

Este posicionamento do Estado coloca em causa os direitos humanos, a boa governação e o exercício da cidadania.

¹ Segundo dados da OIM, de Novembro de 2022: <https://dtm.iom.int/mozambique>

² Segundo dados do portal Cabo Ligado (ACLED), até Dezembro de 2022: <https://www.cabolidado.com/>

³ Fonte: <https://www.unicef.org/mozambique/tempestade-tropical-ana-em-mo%C3%A7ambique>



2. PROGRESSOS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS 3 PILARES DA APS

2.1 Pesquisa

O pilar de pesquisa busca gerar e partilhar conhecimentos e evidências em diferentes áreas temáticas relacionadas com a saúde, com base nos seus determinantes sociais e com um enfoque especial nos cuidados de saúde primários. Nesta componente, gera-se e partilha-se conhecimento e evidências de forma multidisciplinar sobre os desafios e experiências relacionadas com a saúde, numa perspetiva de justiça social e a partir dos seus determinantes sociais, económicos, culturais, políticos, ambientais, etc.

No ano 2022, não foi possível realizar uma pesquisa enquanto rede e de forma conjunta conforme havia sido planificado, devido à falta de fundos. No entanto, várias organizações-membro da **Aliança para a Saúde** realizaram pesquisas ou publicaram artigos baseados nos seus trabalhos de partilha de conhecimento, entre as quais, a **medicushmani**, o **Observatório Cidadão para Saúde**, a **Saber Nascer**, a **N'weti** e o **Fórum Mulher** (nalguns casos, em parceria entre elas).

Durante o período em reporte foram realizadas e/ou publicadas as seguintes (indicamos as organizações-membro envolvidas):

- **Pesquisa antropológica sobre nutrição numa perspetiva dos Determinantes Sociais de Saúde (medicushmani):**

<https://www.medicushmanimozambique.org/files/2023/06/relatorio-final-pesquisa-antropologica-rev.pdf>

A pesquisa visava compreender a relação dos determinantes sociais na desnutrição crónica nos distritos de Ancuabe, Balama, Montepuez e Namuno, na província de Cabo Delgado. Os resultados da pesquisa revelaram que nos quatro distritos, há escassez de pessoal de saúde com especialidade em nutrição, o que dificulta o acompanhamento das crianças desnutridas e de prestação dos serviços de Saúde Materno-Infantil e nutricionais nas comunidades, bem como a influência da tradição e dos costumes nas práticas de aleitamento e alimentação (das grávidas e crianças) surgem como principais causas da desnutrição infantil. A pesquisa também demonstrou que o debate e o conhecimento sobre os DSS relacionados com a desnutrição estão longe de ser esgotados e ainda há muito que precisa de ser compreendido em termos dos motivos que



explicam a sua relação com as práticas alimentares e os cuidados com as crianças que geram a desnutrição infantil. Por último, esta pesquisa também permitiu compreender a importância dos determinantes políticos/estruturais na desnutrição infantil, concluindo-se que muito tem de ser alterado em termos das estratégias que são implementadas, nomeadamente ao nível da comunicação (forma e conteúdos) entre os serviços de saúde e as comunidades.

- **Financiamento de sector de saúde em Moçambique e seu impacto da qualidade dos Cuidados de Saúde Primários (medicushmani):**

<https://www.medicushmanimozambique.org/files/2022/09/estudo-1-financiamento.pdf> (Paper 1)

Actividade em curso. A pesquisa tem como objectivo de explorar e sistematizar o conhecimento sobre questões de financiamento no sector de saúde e seu impacto no acesso, na qualidade dos cuidados e na garantia do direito universal à saúde em Moçambique. Os resultados mostram que as características do financiamento externo, do qual Moçambique depende, ainda implicam distorções e um desalinhamento entre a oferta de serviços e as necessidades em saúde da população moçambicana, que podem provocar e acentuar desigualdades sociais em saúde. Desta forma, as agendas impostas a partir do financiamento externo precisam ser adaptadas às realidades nacionais, considerando especificidades locais. Políticas públicas são necessárias para assegurar os avanços que foram obtidos com muito esforço nos últimos anos que precisam assumir a equidade como eixo organizador e contar com mecanismos de monitoramento que partem ou pelo menos envolvem a sociedade civil organizada em um esforço de aumentar transparência e participação social.

- **Relatório Referente ao Seminário de Reflexão e Engajamento Sobre Violência Obstétrica, Importância da Educação Sexual nas Escolas e Violência Baseada no Género em Contextos de Crise Humanitária** (Observatório Cidadão para saúde, Saber Nascer e Kutenga):

<https://www.observatoriodesaude.org/download/relatorio-referente-ao-seminario-de-reflexao-e-engajamento-sobre-violencia-obstetrica-importancia-da-educacao-sexual-nas-escolas-e-violencia-baseada-no-genero-em-contextos-de-crise-humanitaria/>

O Seminário de Reflexão e Engajamento sobre Violência Obstétrica, Importância da Educação sobre Sexualidade nas Escolas e Violência Baseada no Género, decorreu no dia 15 de Dezembro de 2022, com o objectivo trazer a reflexão e contextualização concernente às fragilidades que o sistema de saúde em Moçambique apresenta na oferta de serviços de saúde, assim como descrever acções para advogar pela humanização nos cuidados de saúde prestados pelos provedores de saúde aos utentes, promovendo-se a intervenção das diferentes abordagens.



- **Provisão dos Serviços Públicos em Moçambique** (Observatório Cidadão para Saúde):

<https://www.observatoriodesaude.org/download/provisao-dos-servicos-publicos-de-saude-em-mocambique/>

Apesar das melhorias que se tem observado no sector da saúde em Moçambique nos últimos anos, ainda há um longo caminho a percorrer em termos de infraestruturas hospitalares, provisão e oferta de serviços de saúde e aspetos ligados à legislação sanitária.

A presente pesquisa objectiva analisar a provisão de serviços de saúde a nível da zona Sul, Centro e norte, de Moçambique, mais concretamente nas províncias de Sofala, Tete, Maputo e Inhambane.

- **Desafios de Implementação das Políticas Públicas em Tempos de Crises** (Observatório Cidadão para Saúde):

<https://www.observatoriodesaude.org/download/desafios-de-implementacao-das-politicas-publicas-em-tempos-de-criSES-constantino-marrengula/>

O estudo, da autoria do pesquisador e docente universitário, Constantino Marrengula, revela que há falta de capacidade, por parte do Governo, para proteger as camadas mais desfavorecidas da sociedade em momentos de crise em Moçambique.

A descoberta das dívidas ilegais, as desastrosas condições climáticas, os conflitos armados que assolaram as zonas centro e norte do país e a recente pandemia do COVID-19 são alguns dos factores por detrás da grande instabilidade socioeconómica verificada no país, nos últimos anos.

- **Diagnóstico de necessidades dos serviços de Violência Baseada no Género na Cidade de Maputo** (medicushmani e Fórum Mulher):

<https://www.medicushmanimozambique.org/files/2023/06/diagnostico-vbg-maputo.pdf>

Este documento apresenta as necessidades de serviços de VBG na cidade de Maputo, levado a cabo pela **medicushmani** e o **Fórum Mulher**. Faz-se análise das necessidades dos sectores que compõem o Mecanismo Multisectorial de Atendimento Integrado às Mulheres Vítimas de Violência, da cidade de Maputo. Neste diagnóstico foi identificado que o **sector de saúde** precisa contratar ao nível da cidade mais profissionais, especialmente, psicólogos e peritos legais. Assim como a expansão de Centros de Atendimento Integrado às vítimas de VBG, para além do incremento de insumos para melhor resposta, como pílulas do dia seguinte, medicamentos como ARVs. A **Assistência e Protecção Social** precisa disponibilizar uma casa de acolhimento para as mulheres vítimas e sobreviventes de VBG, enquanto, **Assistência Jurídica** deve acelerar os



julgamentos de casos de VBG e reduzir a corrupção, para os direitos humanos das mulheres sejam respeitados.

- **Boletins informativos da Aliança para a Saúde.**

Em 2022, produziram-se 2 boletins. O primeiro foi publicado em Abril de 2022 e o segundo já fora do período, em Janeiro de 2023.

O **Boletim I** informa sobre a rede, o processo da sua criação e faz introdução dos três pilares que compõem a rede, nomeadamente o de pesquisa, formação, advocacia e sensibilização. Leia mais em:

<https://www.aliancaparasaude.org/files/2023/05/boletim-i-aps-2022.pdf>

O **Boletim II** informa sobre as actividades realizadas no pilar III referente a advocacia e sensibilização. Leia mais em:

<https://www.aliancaparasaude.org/files/2023/05/boletim-ii-aps-2023-pdf.pdf>.

2.2 Formação – Escola de Activismo em Saúde (EAS)





A **Escola de Activismo em Saúde** abre um espaço presencial e virtual de formação e capacitação em saúde e em Moçambique. Neste pilar, trabalha-se para aumentar o conhecimento e as capacidades da sociedade civil de Moçambique (ONGs, OSCs, movimentos sociais, redes, activistas, académicos, artistas e outros) para poder defender de forma mais efectiva e coordenada o legítimo exercício do direito à saúde.

A plataforma digital <https://escola.aliancaparasaude.org/> foi criada para oferecer formação aos activistas, profissionais de saúde e outros/as cidadãos/ãs que têm interesse em temáticas de saúde.

Durante o período deste relatório, dois novos cursos online foram realizados (elaborados e disponibilizados) para fortalecer o movimento de activismo em saúde no país:

- **Cuidados de Saúde Primários (CSP).** Realizado nos meses de Março e Abril de 2022.
Disponível em: <https://escola.aliancaparasaude.org/course/view.php?id=65>
- **Comunicação em Saúde para Mudança Social e Comportamental.** Realizado nos meses de Setembro e Outubro de 2022.
Disponível em: <https://escola.aliancaparasaude.org/course/view.php?id=66>

Os cursos de **Cuidados de Saúde Primários** e **Comunicação em Saúde para a Mudança Social e de Comportamento** visam contribuir para o fortalecimento do Sistema Nacional de Saúde em Moçambique, através de, entre outras, duas estratégias:

- (1) Sensibilizar os profissionais da saúde, activistas dos sectores sociais, futuros profissionais e activistas da importância destas temáticas na promoção da saúde e na prevenção e controlo das doenças prevalentes no país; e,
- (2) Melhorar os conhecimentos, atitudes e habilidades dos profissionais da saúde, activistas dos sectores sociais e futuros profissionais e activistas, nas novas abordagens e estratégias relativas a estas temáticas.

No total, mais de 360 pessoas se inscreveram nos dois cursos; entre 20 e 25 foram seleccionados para cada curso (50% mulheres), com ampla representação de diferentes províncias do país.



CURSO DE CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS

Para Organizações da Sociedade Civil



Foto: Imagem do Curso de Cuidados de Saúde Primários (CSP).

ESCOLA DE ACTIVISMO EM SAÚDE

2022



CURSO DE COMUNICAÇÃO EM SAÚDE PARA MUDANÇA SOCIAL E DE COMPORTAMENTO

Para Organizações da Sociedade Civil, Profissionais de Saúde e Estudantes

Grátis



Inscrição:

Aberta até ao dia: 16/06/2022

Por email: inscricao@aliancaparasaude.org

Para mais informações: <http://escola.aliancaparasaude.org/course/view.php?id=64>

Organização:




Financiamento:





Foto: Imagem do Curso de Comunicação em Saúde para a Mudança Social e de Comportamento



O trabalho da **Aliança para a Saúde**, nomeadamente ao nível do seu pilar de formação, foi alvo de destaque a nível internacional. Um artigo do caderno Planeta Futuro / El País, assinado pelo jornalista Carlos Bajo Erro, destaca o trabalho que a **Aliança para a Saúde** tem vindo a fazer para capacitar a cidadania moçambicana na reivindicação do direito à saúde. Ver:

<https://elpais.com/planeta-futuro/2022-01-19/una-escuela-para-formar-activistas-por-el-derecho-a-la-salud-en-mozambique.html>

Mas, o trabalho formativo da rede e dos seus membros vai mais além dos cursos da **Escola de Activismo em Saúde** (EAS). Adicionalmente, foram realizados outros cursos de curta duração:

Curso: Gender Advocacy and Lobbying

Uma formação sobre **Gender Advocacy and Lobbying**, realizada pela BSmart em Maputo, de 15 a 16 de Fevereiro de 2022, através do qual a EAS alcançou 30 formandos, constituídos por membros da Sociedade Civil. Com esta formação pretendia-se aumentar o conhecimento das organizações membros da rede **Aliança para a Saúde** e do Fórum Mulher sobre lobby e advocacy. E, em seguida, trabalhar com o mesmo grupo na elaboração de um plano de advocacia e um plano de comunicação.

Este exercício foi realizado no âmbito dos trabalhos do diagnóstico de necessidades de serviços de VBG, levado a cabo pela **medicushmani** e **Fórum Mulher**. Para o plano de advocacia e campanha foram definidos 5 assuntos, nomeadamente: o aumento de orçamento para a área de VBG, a problemática de morosidade para o julgamento dos casos de VBG pelos tribunais, a necessidade de se construir casas de acolhimento para as mulheres vítimas e sobreviventes de VBG e por fim, a necessidade de se reconhecer que a violência psicológica é grave, está presente em todas formas de violência e que é crime.

Em relação ao plano de comunicação, foram elaborados 5 cartazes, contendo cada um, uma mensagem alinhada ao tema de advocacia, assim como um vídeo sobre a mulher e cartaz sobre os serviços de apoio jurídico para as mulheres sobreviventes e vítimas de violência.



Foto: Aliança para a Saúde. Formação sobre Gender Advocacy and Lobbying

Curso: Determinantes Sociais da Saúde, Advocacia e Activismo em Saúde

A outra formação realizada foi sobre **Determinantes Sociais da Saúde, Advocacia e Activismo em Saúde**, levada a cabo pelo **People's Health Movement (PHM)**, de 23 a 27 de Maio de 2022 (32 formandos).

Esta formação surge da necessidade e da importância da realização de intercâmbios de experiências com iniciativas internacionais de trabalho em rede. As temáticas abordadas ao longo destes cinco dias foram: os determinantes sociais da Saúde; a mobilização comunitária e a colaboração intersectorial; a análise do Sistema Nacional de Saúde; advocacia e activismo; a construção de movimentos; e, a planificação de campanhas e acções de advocacia e defesa do direito universal à saúde.

Os participantes nesta formação, dirigida por Tinashe Njanji e Peninah Khisa, membros do PHM na África do Sul e Quênia, respectivamente, puderam aprender através de manuais didácticos e vídeos explicativos sobre as temáticas em estudo, bem como realizar actividades práticas de identificação de lacunas e procura de soluções sobre o Direito à Saúde.

Durante a formação, foi possível identificar alguns problemas de saúde existentes em Moçambique e, igualmente, procurar desenvolver possíveis soluções. Um dos problemas apresentados está



relacionado com a expectativa de vida da população em Moçambique que, de acordo com Melanie Alperstein, outra participante do PHM da África do Sul, “está muito abaixo do que é desejável”.

Melanie, que interveio via online, mencionou ainda que “é importante o engajamento de todos para a melhoria dos serviços de saúde primários”, já que uma comunidade saudável depende do acesso aos cuidados básicos de saúde. “Se tivermos bons determinantes sociais de saúde, isso vai melhorar o nível de expectativa de vida em Moçambique”, afirmou esta activista.

A formação contou também com a participação do Dr. Eusébio Chaquisse, ***Chefe do Departamento Central para a Área de Cuidados de Saúde Primários em Moçambique, no Ministério de Saúde***, que fez a apresentação de uma pesquisa sobre o Sistema Nacional de Saúde e os Cuidados de Saúde Primários.

Para o Dr. Eusébio Chaquisse, “os cuidados de saúde primários são cuidados essenciais que devem estar mais próximos das pessoas”. Chaquisse apelou ainda aos activistas da saúde para serem mais veementes, de modo a influenciar os governantes na tomada de decisões.

Numa das sessões do workshop, Peninah Khisa afirmou que, tanto no Quénia como em Moçambique, os governos têm gerado documentos normativos e boas políticas. No entanto, o problema surge na hora da implementação, daí a importância de a sociedade civil fazer pressão para o cumprimento das políticas públicas, advogando para o bem de toda a sociedade.

Importa referir que no fim da formação ficou definido que a **Aliança para a Saúde** será o ponto focal do People’s Health Movement em Moçambique.



Foto: Dr Eusébio Chaquisse do MISAU e Dra. Melanie Alperstein do PHM



Ver a notícia associada:

<https://aliancaparasaude.org/pt/noticias/alianca-para-a-saude-organiza-formacao-com-o-phm-em-mocambique>

No ano 2022 foram elaborados, igualmente, os cursos sobre **Cidadania Sanitária**, uma iniciativa da **Escola de Activismo em Saúde**, em colaboração com o **Observatório Cidadão para Saúde**; e o curso sobre **Responsabilização Social em Saúde**, a cabo do CESC. Os dois cursos foram desenhados em dois formatos, presencial e online. Estes dois últimos cursos, serão disponibilizados na plataforma online da **Escola de Activismo em Saúde** durante o ano 2023.

Workshops organizados pela Aliança para a Saúde e/ou seus membros

Workshop de Reflexão sobre Violência Obstétrica - Maputo



Fotos: Participantes no Workshop de Reflexão sobre Violência Obstétrica

A **Saber Nacer**, membro da rede **Aliança para a Saúde**, organizou na cidade de Maputo o segundo workshop sobre **Humanização Obstétrica em Moçambique**, no dia 5 de Maio de 2022. Participaram na actividade 39 profissionais, dentre os quais, provedores de justiça, profissionais de saúde, MISAU, organizações da Sociedade Civil. Virtualmente estiveram conectados 69 participantes.

O evento contou com a presença da Dra. Vitalina Papadakis, Juíza Desembargadora, procuradores, gabinete do provedor da justiça, ordem dos advogados, Comissão Nacional dos Direitos Humanos, Direcção Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania e IAJ.



Este workshop tinha como objectivo iniciar uma reflexão aprofundada sobre a violência obstétrica junto do sector da justiça, assim como, consciencializar e sensibilizar sobre a necessidade de erradicar-se a violência obstétrica. Mais do que erradicar a violência obstétrica, que este seja um tema integrante na agenda do sector da justiça em Moçambique.

Para além da participação ao nível do país, o evento contou com a presença companheir@s do Brasil, de especialistas nesta matéria; concretamente promotora da justiça de GEVID Central, Advogadas e especialistas em violência Obstétrica e fundadoras da Nascer Direito. Este workshop foi realizado no âmbito da campanha **Humaniza Moz**, tendo sido moderado por outra organização-membro da rede, a **medicushmani**.

IV Jornadas Internacionais de Violência de Género e Saúde - Barcelona



Fotos: Participantes nas IV Jornadas Internacionais de Violência de Género e Saúde

A **Aliança para a Saúde**, através da presença da sua coordenadora, Vileta Bila, participou em Barcelona nas **IV Jornadas Internacionais de Violência de Género e Saúde**, organizadas pela **medicushmani**. Estiveram no evento, que decorreu de 17 a 20 de Maio de 2022, delegações de Moçambique, Equador, Bolívia e Bósnia-Herzegovina.

A delegação de Moçambique, esteve representada pela Coordenadora de Género da **medicushmani**, Karina Dulobo; a Coordenadora da **Aliança para a Saúde**, Violeta Bila; a Directora Executiva do **Fórum Mulher**, Nzira de Deus; e, a Coordenadora da Comissão Municipal de DSS e representante do Departamento de Saúde do **Conselho Municipal da Cidade de Maputo**, a Dra. Bélia Nyambir Xirinda.



Nestas jornadas foram partilhadas a experiência de construção de movimento feminista pelo **Fórum Mulher**, a experiência de Apoio jurídico às vítimas de VBG pela Medicus Mundi; o processo de construção da **Aliança para a Saúde** e o seu progresso; construção da primeira comissão dos DSS do Conselho Municipal da Cidade de Maputo. Nesta visita, realizaram-se várias reuniões e vistas, entre as quais, o Município de Barcelona, a Agência Catalã de Cooperação para o Desenvolvimento (ACCD) e o Hospital Clínic.

Ver programa: https://www.medicusmundi.cat/wp-content/uploads/2022/05/agenda_ESP.pdf

Aula Aberta sobre Humanização, Ética e Deontologia Profissional na formação em saúde e seu impacto na qualidade do atendimento - Maputo

A **Aliança para a Saúde** participou, no dia 23 de Junho de 2022, numa roda de debate sobre humanização, ética e deontologia profissional na saúde, realizada pelo programa Potenciar, com vista a debater sobre o impacto da qualidade da formação profissional no atendimento aos utentes das unidades sanitárias. Importa referir que esta primeira roda de debates foi organizada em parceria com várias organizações, incluindo a rede **Aliança para a Saúde**.



Fotos: Participantes na Aula Aberta sobre Humanização, Ética e Deontologia Profissional na formação em saúde e seu impacto na qualidade do atendimento

Pretendia-se com este debate, que contou com a participação de várias organizações da sociedade civil, reflectir sobre a forma como são construídos os valores e princípios morais na sociedade, para no fim analisar como se reflectem esses mesmos princípios e valores na prestação de serviços públicos e privados de saúde.



Para além das organizações da sociedade civil, participaram igualmente neste evento, o **Ministério da Saúde** (MISAU), através do Departamento de Qualidade e Humanização, a **Associação das Partesiras de Moçambique**, a **Associação dos Enfermeiros de Moçambique**, o **Instituto Superior de Ciências de Saúde** (ISCISA), a **Plataforma da Sociedade Civil para Saúde de Moçambique** (Plasoc-M), bem como o Professor Severino Ngoenha.

Na sua intervenção, Severino Ngoenha, professor, filósofo, escritor e Reitor da **Universidade Técnica de Moçambique** referiu que “todos nós buscamos felicidade e esta busca tem limites. E esse limite é o outro. A felicidade de um, não deve se sobrepor a dos outros. Os provedores devem respeitar a busca dos utentes ao procurarem os serviços de saúde e este respeito pela busca do outro chama-se moral.”

De acordo com Severino Ngoenha, “não podemos fazer tudo, nem ocupar todos os espaços.” Desta feita, cada um ao ocupar um espaço deve-o fazer muito bem. O que se subentende que os provedores de saúde devem ocupar bem o espaço que têm nas unidades sanitárias, garantido que oferecem um trabalho de qualidade e humanizado aos utentes.

Ainda na sua intervenção, o professor Severino aproveitou a ocasião para apelar à Sociedade Civil para que, para além de realizar encontros, reuniões e workshops, trabalhe de forma a reintroduzir boas práticas nos pacotes formativos: a dimensão humana do profissional de saúde. Severino não vê na repreensão a solução dos problemas, mas sim na reeducação. Logo, as instituições precisam de se tornar mais fortes, pois não há sociedades democráticas sem instituições fortes.

Por sua vez, a coordenadora da **Aliança para a Saúde**, Violeta Bila, afirmou que o lema do MISAU – “O nosso maior valor é a vida” – é questionável. Isto, porque quando os cidadãos vão em busca de felicidade, através dos serviços de saúde, são confrontados com cobranças ilícitas, falta de apoio, falta de empatia generalizada e a consequente quebra de confiança dos utentes em relação a esses mesmos serviços de saúde. Para a coordenadora, “o sofrimento e a dor dos utentes não podem ser usados como moeda ou mecanismo para o alcance da felicidade dos provedores”.

O **MISAU**, representado pelo Departamento de Qualidade e Humanização, aproveitou a ocasião para reconhecer os desafios do sector e reforçar que, de facto, os profissionais de saúde precisam ter mais empatia, apesar do desafio das desigualdades entre os médicos e enfermeiros que criam barreiras para o funcionamento.

Reconhecendo a baixa qualidade dos profissionais de saúde, o MISAU afirmou que o exame psicotécnico que foi retirado aos formandos, será retomado ainda este ano, 2022, já que se mostra crucial.



Por sua vez, a **Associação dos Enfermeiros**, responsabiliza o sector pela má qualidade dos profissionais que saem dos institutos privados. Para este órgão, estes profissionais são recebidos nas Unidades Sanitárias públicas para estágio e são avaliados. Este é um dos espaços em que se deve aferir a qualidade dos estudantes. Outro elemento colocado foi a existência de mais estagiários nas unidades sanitárias do que provedores e, nalguns casos, mais do que os próprios utentes.

O Professor Severino, em resposta às questões acima apresentadas afirmou que “estamos perante uma sociedade que perdeu os seus valores e a moral”. Para o Professor, não se trata apenas de um problema de sector de saúde, mas sim de uma sociedade como um todo. Acrescenta que “temos uma sociedade dolocrática, onde o dinheiro é que conta e cada um está preocupado em buscar recursos para si”.

Aliança para a Saúde em visita de trabalho em Nampula

Na semana de 8 a 12 de Agosto de 2022, a **Aliança para a Saúde**, representada pela sua Coordenadora, Violeta Bila, esteve presente em Nampula, numa visita de trabalho no âmbito da campanha sobre *Humanização Obstétrica*.

A **Aliança para a Saúde**, fez-se acompanhar por: **Saber Nascer**, representada pela sua Directora Executiva; **Programa Potenciar**, representado pela Gestora de Iniciativas Colaborativas; e **Rede HOPEM - Nampula**. Durante estes dias de visita à cidade de Nampula, foram realizados vários encontros com organizações da sociedade civil, ONGs e Instituições do Estado.

A **Aliança para a Saúde**, a **Saber Nascer**, o **Programa Potenciar** e a **PLASOC-Nampula** (Plataforma das Organizações da Sociedade Civil de Nampula) reuniram-se com a representante da **Pathfinder International** em Nampula, Natasha Langa, com o objectivo de apresentar a campanha sobre humanização obstétrica e identificar sinergias. O mesmo encontro foi realizado com o representante do **ICAP** em Nampula, Dr. Manuel Boene, e com o **Núcleo Provincial de Combate ao HIV/SIDA**, representado pela sua Secretária Executiva Provincial, Sara Samuel Jane.



Fotos: Participantes na visita de trabalho em Nampula

Para além destes encontros, a **Aliança para a Saúde**, a **Saber Nascer** e a **Rede HOPEM**, participaram num programa radiofónico na **Rádio Encontro**, para falar sobre a campanha e o seminário que iria decorrer no dia 12 de Agosto, último dia da visita à província. Neste programa, apresentou-se a campanha e os seus objectivos; abordou-se o papel dos homens no processo da maternidade e na eliminação das cobranças ilícitas. Os ouvintes que tiveram oportunidade de interagir com as representantes das organizações acima referidas, alertaram para o facto de se verificarem em Nampula inúmeros casos de violação dos direitos humanos nos hospitais e, igualmente, de cobranças ilícitas, sendo que entre a cidadania há ainda muito medo de denunciar.



Fotos: Participantes na visita à Rádio Encontro



No último dia da visita, foi realizado um seminário no qual a Aliança para a Saúde, a Saber Nascer e a Rede HOPEM fizeram parte do primeiro painel. A Coordenadora da Aliança para a Saúde, Violeta Bila, apresentou a rede, os seus objectivos, o que efectivamente tem vindo a fazer e convidou todas as organizações e cidadãos presentes a candidatarem-se para membros. Em seguida, debruçou-se sobre estigma e discriminação nos Serviços de Saúde Materno-Infantil. Por sua vez, a Directora Executiva da Saber Nascer, Camila Fanheiro, apresentou a campanha desta entidade sobre Humanização Obstétrica. E a representante da Rede HOPEM, Inocência Manejo, abordou o papel dos homens no combate à violência obstétrica, tema que norteava o seminário.



Fotos: Participantes na visita de trabalho em Nampula

2.3 Advocacia – Acção para a Saúde

A **Aliança para a Saúde** pretende continuar a influenciar a transformação social e de políticas públicas de saúde em Moçambique, numa perspectiva de cooperação e colaboração construtiva.

Para o alcance destes objectivos, no ano 2022 todos os membros da Aliança para a Saúde estiveram envolvidos e engajados.

Nesse contexto, o pilar de Advocacia – Acção para Saúde – teve, essencialmente, como base as evidências geradas pelas pesquisas realizadas (Pesquisa) e as acções formativas de partilha de conhecimento (Formação - EAS) reportadas neste relatório.



Houve uma série de actividades destinadas a melhorar o diálogo político e o conhecimento de evidências que demonstrem a necessidade de apostar por políticas que promovam os cuidados de saúde primários, as abordagens baseadas nos determinantes sociais da saúde, a equidade na saúde, ou outras matérias relevantes com impacto e que permitam avançar no exercício pleno do Direito à Saúde em Moçambique.

Em 2021, a **Aliança para a Saúde**, tinha elaborado um plano de comunicação. Este orientou a elaboração da campanha **“Activa-te Pelo Direito à Saúde”**, lançada em Fevereiro de 2022.

A **Campanha Nacional de Activismo e Defesa do Direito à Saúde “Activa-te”** foi a primeira campanha organizada pela **Aliança para a Saúde**, com o apoio técnico da **medicumsmundi** e outras organizações da sociedade civil, com o objectivo de contribuir para a educação e sensibilização da cidadania e das autoridades locais sobre Activismo e Direito à Saúde.

Esta campanha centrou-se nas áreas do Direito à Saúde, Violência Obstétrica, Melhoria dos Serviços a Mulheres Vítimas de VBG, Direitos e Deveres do Doente, Diversidades Sexuais e Masculinidades Positivas, com um foco especial na obtenção de efeitos positivos para o fortalecimento do Sistema Nacional de Saúde.

Lançada em Fevereiro de 2022, teve uma duração de praticamente 1 ano, com uma clara aposta pela mudança e transformação social. Sobretudo, com o intuito de gerar notoriedade ao nível do Sistema Nacional de Saúde e consciência sobre o Direito à Saúde por parte, quer dos munícipes de Maputo, quer a nível nacional, através da difusão na internet e redes sociais. Ver mais: <https://www.aliancaparasaude.org/pt/agenda/lancamento-campanha-activa-te>



Foto: Lançamento da Campanha “Activa-te”



Ao longo de todo o ano de 2022, a campanha colocou uma maior ênfase na educação e sensibilização da população sobre o Direito Universal à Saúde, projectando através dos seguintes temas informação de grande interesse sobre os Direitos na prestação de serviços de saúde pública:

- Disponibilidade, Acessibilidade, Qualidade dos serviços e cuidados mais humanizados;
- Melhoria dos serviços de VBG;
- A sensibilização e advocacia para mais recursos humanos e financeiros na área de VBG;
- A eliminação da violência baseada no género e casamentos forçados;
- O Direito à Saúde;
- Maior visibilidade e consciência dos direitos e deveres dos utilizadores, e revisão da Carta de Direitos e Deveres;
- Respeito e inclusão da diversidade sexual nos serviços de saúde;
- Promoção do respeito pelos grupos LGBTI+; e
- Masculinidades positivas e envolvimento masculino em questões de saúde.

Os meios de comunicação, incluindo os de difusão de massa (rádio e televisão), as redes sociais, os materiais impressos (folhetos e brochuras), meios externos, etc., foram os instrumentos utilizados para transmitir as mensagens e aumentar a sensibilização e consciência. Os meios de comunicação social foram também utilizados como um grande meio para expandir o alcance do impacto político e das actividades de comunicação para a mudança social e de comportamento, para um público mais vasto e diversificado.

A campanha produziu um seriado audiovisual denominado “**Activa-te**”, que é uma telenovela projectada para todas as faixas etárias, com maior destaque para os jovens e adolescentes. As imagens e falas do seriado projectam o lado humano dos adolescentes, jovens e adultos, deixando ficar a ideia de que todas as formas de violação dos direitos humanos afectam as condições de vida e a saúde das mulheres, rapazes e raparigas moçambicanas.

Em seis episódios, o seriado mostra que os/as moçambicanos/as têm sonhos e expectativas para o futuro, querem contribuir para a construção de um futuro que respeita os direitos humanos e o direito à saúde, formar-se, ter um emprego e boa qualidade de vida. Mas, esses sonhos podem ser repentinamente interrompidos, se não for conhecido e respeitado o Direito Universal à Saúde.



Estes episódios podem ser vistos no canal de YouTube da **Aliança para a Saúde**:

<https://youtube.com/playlist?list=PLDLZ4E-PI84dtOPM0L33pqrreolrsFofo>

Para além do seriado em vídeo, foram também produzidos e difundidos pela **Rádio Índico** 12 programas de rádio com as mesmas temáticas.

Outras acções de advocacia e defesa do direito à saúde foram levadas a cabo, como por exemplo, o apoio ao **Observatório Cidadão para Saúde**, na apresentação à Assembleia da República de uma petição para a revisão e actualização da **Carta dos Direitos e Deveres do Doente**, com vista à sua conversão em lei.



Fotos: apresentação à Assembleia da República da petição

Esta actividade de submissão da carta de pedido de audiência com a primeira comissão dos Assuntos Constitucionais Direitos Humanos e da Legalidade, foi antecedida por uma conferência de imprensa e solicitação de encontros com o MISAU. Não tendo havido resposta por parte do MISAU em relação a solicitação das organizações da Sociedade Civil, este grupo solicitou encontro com a Primeira Comissão da Assembleia da República.



Foto: Responsáveis do Observatório Cidadão para Saúde

Após a solicitação do encontro com a Primeira Comissão, esta respondeu positivamente, concedendo um encontro com os membros da sociedade civil envolvidos nesta acção de advocacia.⁴

⁴ Mais informação:

- <https://www.observatoriodesaude.org/parlamento-discute-actualizacao-e-revisao-da-cddd-com-sociedade-civil/>
- <https://www.observatoriodesaude.org/sociedade-civil-pressiona-o-parlamento-para-actualizacao-e-revisao-da-carta-dos-doentes%ef%bf%bc/>

PARLAMENTO DISCUTE ACTUALIZAÇÃO E REVISÃO DA CDDD COM SOCIEDADE CIVIL



Diversas Organizações da Sociedade Civil – compostas pelo Observatório Cidadão para Saúde (OCS), Aliança para Saúde, Saber Nascer, CESC, Medicus Mundi, Nweti e NAMATI – foram recebidas e auscultadas da Assembleia da República para a Actualização e Revisão da Carta dos Direitos e Deveres do Doente (CDDD), uma pesquisa realizada pelo OCS. As organizações em alusão e diversas outras entidades que trabalham na

E como resultado desta acção, o MISAU integrou a sociedade civil no processo de revisão da carta de direitos e deveres dos utentes.



Foto: Participantes na III Oficina de Trabalho para a Revisão da CDDD



No âmbito da campanha “**Activa-te**”, e de uma maneira mais próxima da cidadania, realizaram-se também várias actividades comunitárias como:

Feira de Saúde: Activismo pelo Direito à Saúde

Ciente do seu papel na promoção do Direito à Saúde, a **Aliança para a Saúde** organizou no dia 9 de Abril de 2022, uma **Feira de Saúde** virada para a “educação e sensibilização da cidadania e das autoridades sobre o activismo e direito a saúde”. Este evento teve lugar no Campo Municipal de Zimpeto e contou com a participação dos representantes do Pelouro de Saúde e Acção Social do **Município de Maputo** e de vários membros das organizações da **sociedade civil**.

O objectivo da **Feira de Saúde** foi o de contribuir e tornar visíveis melhorias nas seguintes áreas: Direito à Saúde, Violência Obstétrica, Serviços a Vítimas de Violência Baseada no Género, Direitos e Deveres do Utente, Diversidades Sexuais e Masculinidades Positivas, com foco na obtenção de efeitos positivos no fortalecimento do Sistema de Saúde.



Fotos: Feira de Saúde – Zimpeto, 09/04/2022

Na **Feira de Saúde**, a **Aliança para a Saúde** juntou diversas actividades num mesmo espaço: Doação de Sangue, Ginástica Aeróbica, Saúde Oral, Serviços de Nutrição, Saúde Materno Infantil, Medição de



Glicémia, Dança Tradicional, Música com os músicos **Mimãe**, **Dice** e **Jossua**, e uma grande partida de futebol, entre o **Ricatlha Futebol Clube** e o **Real Madala**, tendo este último resultado vencedor da **Taça de Activismo pelo Direito à Saúde**. De referir que, a **Feira de Saúde** se enquadra no âmbito da **Campanha Activa-te**, uma iniciativa da **Aliança para a Saúde** em prol da **Defesa do Direito à Saúde em Moçambique**. Mais informação: <https://aliancaparasaude.org/pt/noticias/feira-de-saude>

Sarau cultural SaudArte

A **Aliança para a Saúde** realizou também o **Sarau cultural SaudArte** no âmbito da mesma campanha, igualmente no mês de Abril de 2022.



Fotos: Sarau cultural SaudArte, 29/04/2022

Intitulado **Saudarte**, o evento contou com a participação do rapper e activista social, **Dice**, dos poetas **Ivandro Sigaval**, **Ema de Jesus** e **Aliena Zitha**, do grupo de dança **A Comunichiv**, bem como do grupo teatral **Incluarte**. Através da música, do canto, da poesia e da dança, os participantes puderam familiarizar-se, por exemplo, com as injustiças com que as pessoas com deficiência se deparam diariamente nas unidades sanitárias do país.

No evento, fizeram parte do painel de debate os activistas sociais **Camila Fanheiro** e **António Mathe**, membros da **Saber Nascer** e do **Observatório Cidadão para Saúde**, respectivamente. Na sua intervenção,



Camila Fanheiro mencionou que, apesar dos profissionais de saúde terem acesso durante a sua formação a disciplinas sobre humanização no atendimento aos utentes e até relativas à linguagem de sinais, ainda há pessoas com deficiência que sofrem quando recorrem aos serviços de saúde, pelo que é importante continuar a apostar por fortalecer o sistema de saúde. Por sua vez, **António Mathe** afirmou que a **Aliança para a Saúde**, para além de apresentar as falhas do sistema de saúde moçambicano, busca propor soluções e ainda “tentar influenciar as decisões de alto nível, pois essas decisões têm impacto directo na vida do utente”. Na ocasião, a coordenadora da **Aliança para a Saúde**, **Violeta Bila**, apelou a todos as pessoas participantes a abandonarem a tolerância às injustiças que assistem nas Unidades Sanitárias e exigirem os seus direitos. Mais informação:

<https://www.aliancaparasaude.org/pt/noticias/alianca-para-a-saude-realiza-sarau-cultural-sobre-o-direito-a-saude>

Em termos de media e Comunicação, a campanha teve uma **RUBRICA ACTIVA-TE – Programa 4 Estações**.



Foto: Participação no programa de rádio “4 Estações”

A rede criou a **Rubrica Activa-te** para activar aos jovens sobre os seus direitos no âmbito da saúde. Foram emitidos 8 programas ainda estão pendentes de realizar outras 4 emissões de dois programas, um sobre Minorias Sexuais e outro sobre Masculinidades Positivas.



Outras acções de advocacia pontuais que foram realizadas tiveram um enfoque claro nos direitos humanos das mulheres e na abordagem de género:

- **Posicionamento da sociedade civil em defesa dos direitos das mulheres.** No mês de Julho de 2022, junto com o **Fórum Mulher** e outras organizações.
- **Campanha de doação solidária para mulheres vítimas de violência.** Igualmente no mês de Julho de 2022. Ver:

<https://www.aliancaparasaude.org/pt/noticias/campanha-de-doacao-solidaria-para-mulheres-vitimas-de-violencia>

2ª Mostra Internacional de Cinema sobre Saúde e Direitos

No âmbito da preparação da **II Conferência Internacional sobre os Determinante Sociais da Saúde** e da **Campanha “ACTIVA-TE Pelo Direito à Saúde”**, a **Aliança para a Saúde** realizou, igualmente, na cidade e província de Maputo, de 21 de Julho a 22 de Setembro de 2022, a **2ª Mostra Internacional de Cinema sobre Saúde e Direitos**.

Esta segunda mostra de cinema, neste ano intitulada **“ACTIVA-TE”**, teve como objectivo contribuir para a educação e sensibilização da cidadania e das autoridades sobre “Activismo e Direito à Saúde”, nas áreas de Direito à Saúde, Violência Obstétrica, Melhoria dos Serviços de VBG, Direitos e Deveres do Utente, Diversidades Sexuais e Masculinidades Positivas. Na Mostra foram exibidos filmes nacionais e internacionais, seguidos de debates com os espectadores e a comunidade, convidados e especialistas nas áreas da saúde e género, principalmente.

Ver: <https://www.aliancaparasaude.org/pt/noticias/industria-criativa-promove-direito-saude-maputo>



Foto: Sessão da 2ª Mostra – Centro Cultural Moçambicano-Alemão

Nesta 2ª Mostra de Cinema, foram exibidos os seguintes filmes: "Woman", dirigido por Raúl de La Fuente; o "Seriado Activa-te", dirigido pela Case Graphics e medicusmundi; "Duda", dirigido por Carol Lobo; "Calças", do realizador Paulo Guambe; "Dona Mônica", de Yuri Ceuninck; "Entre os ombros"; da realizadora CarolinaCastilho; e, "Intervalo", de Nelson Mabuie e MariamoMabuie. No total das 8 sessões realizadas, estiveram presentes mais de 300 pessoas.



Foto: Sessão da 2ª Mostra – Centro Cultural Moçambicano-Alemão



O público alcançado era constituído, principalmente, por membros de organizações da sociedade civil, governo, estudantes, docentes, investigadores e público geral constituído por pessoas residentes na cidade de Maputo e arredores.



Foto: Sessão da 2ª Mostra – Procuradoria da República de Moçambique

A Procuradoria da República de Moçambique, solicitou a realização de uma sessão de cinema <https://www.aliancaparasaude.org/pt/noticias/sessao-especial-mostra-cinema-ativa-te-procuradoria-geral>.

II Conferência Internacional sobre os Determinantes Sociais de Saúde

Nos dias 22 e 24 de Novembro de 2022, realizou-se a **II Conferência Internacional sobre Determinantes Sociais da Saúde**, na cidade de Maputo. Organizada pela **medicmundi** e pela rede **Aliança para a Saúde**, a conferência foi um espaço para maximizar as melhores práticas e as lições aprendidas a nível nacional, pelo Sistema Nacional de Saúde e pelas Organizações da Sociedade Civil, reforçando a difusão e divulgação



académica dos conhecimentos sobre os Cuidados de Saúde Primários e os Determinantes Sociais da Saúde, com ênfase especial na problemática da nutrição.



Fotos: Participantes na II Conferência Internacional sobre DSS

A **II Conferência Internacional sobre Determinantes Sociais da Saúde** incluiu diversos painéis que permitiram a promoção de um maior nível de participação e partilha de informações e experiências com os diferentes actores. Para a conferência foram convidadas organizações da sociedade civil e instituições estatais ligadas, principalmente, ao sector de saúde, com vista a gerar reflexões sobre os principais desafios que estas enfrentam. A **II Conferência Internacional sobre Determinantes Sociais da Saúde** iniciou com uma aula magistral realizada pelo Professor Doutor João Schwalback, que abordou “Os desafios do sector da saúde em Moçambique num contexto de mudanças climáticas, pandemias, conflitos... uma abordagem sobre os Determinantes Sociais da Saúde, com foco na nutrição”.

Esta aula magistral marcou, portanto, o arranque dos trabalhos da II Conferência Internacional sobre Determinantes Sociais da Saúde, que contou com os seguintes sete painéis:



Painel 1: Os determinantes sociais que influenciam o acesso aos serviços de saúde em situações de emergência.

Para este painel ficou claro que as dificuldades são enormes para garantir a prestação dos Cuidados de Saúde Primários em tempos difíceis e de enorme complexidade. Portanto, recomenda que:

- Temos de equacionar construir unidades sanitárias robustas e resilientes para suportar os novos desafios globais, o que exige maior esforço ao Ministério da Saúde, em particular a Direcção de Planificação e Cooperação.
- Temos de fortalecer o trabalho comunitário para aproximar o acesso aos cuidados de saúde primários às comunidades.

Painel 2: Porque é que a desnutrição infantil não acaba em Moçambique... Apesar dos esforços?

Para este painel existem, sim, diversos programas e políticas para combater a desnutrição em Moçambique, mas existem também grandes desafios ligados à implementação, o que contribui grandemente para os elevados números/índices de desnutrição.

A implementação deficitária das políticas ligadas à nutrição agrava-se ainda mais em contextos de guerras e crises humanitárias, devido à falta de acesso à saúde e serviços de nutrição nos locais de conflito, como acontece em Cabo Delgado.

Painel 3: A luta das mulheres pelo seu Direito à Saúde

Existe ainda uma morosidade processual das entidades de justiça para atender os casos de mulheres que sofrem violência. O acesso à Justiça em Moçambique ainda constitui um grande desafio apesar de termos acesso aos tribunais. É dever de todos nós (entidades estatais, sociedade civil) lutar para inverter esta pirâmide e garantir que todos/as tenham acesso à justiça em Moçambique.

Painel 4: O Direito à Saúde e os Meios de Comunicação Social



Sobre os meios de comunicação social, ficou claro que são uma ferramenta muito importante para a promoção da advocacia política e para a consciencialização cidadã, para influenciar mudanças em prol do direito universal à saúde. Há também que aproveitar os espaços digitais para exercer o activismo digital tendo em conta as dinâmicas sociais e culturais, numa era que nos deparamos com crimes cibernéticos.

Painel 5: Direito à Saúde e inclusão social

Não se pode falar de saúde sem falar de inclusão e nesta Conferência ficou claro que os serviços, não só de saúde, mas de uma forma geral não são inclusivos.

O Sistema Nacional de Saúde tem vários desafios em torno da inclusão social (desde o acesso as instalações preparadas para receber estes grupos, à falta de medicamentos e equipamentos específicos para determinadas doenças e tipos específicos de deficiência). Os desafios estendem-se também aos profissionais de saúde que, por exemplo, não entendem a língua de sinais, ou não têm conhecimento de algumas doenças raras com um alto custo financeiro para o bolso do cidadão. Isto, em certa forma, limita o acesso à saúde, aumentando as desigualdades sociais.

Painel 6: Participação e Responsabilização Social

Houve também espaço para uma troca de experiências entre alguns movimentos da sociedade civil, para garantir a responsabilização social em saúde, sendo que resultaram evidentes as diversas barreiras comportamentais (funcionais/estruturais) para aceder aos serviços de saúde. É importante que a sociedade civil trabalhe lado a lado com as entidades governamentais, de modo que as acções e actividades estejam direccionadas num único sentido.

Painel 7: Activismo pelo Direito À Saúde

Neste painel foi apresentado o trabalho em rede dos movimentos internacionais e da Comissão Municipal de Determinantes Sociais da Saúde da Cidade de Maputo, como foco no que tem sido feito em prol da defesa do direito a saúde.



Foto: Participantes na II Conferência Internacional sobre DSS

Também se apresentou neste painel a experiência da Campanha “ACTIVA-TE Pelo Direito à Saúde” liderada pela Aliança para a Saúde, que envolveu várias organizações que se juntaram para advogarem sobre diversas temáticas em prol do direito à saúde, com um impacto positivo e multiplicador no país. Ficou patente que a agenda da Aliança é uma agenda colectiva das organizações-membro que, com poucos recursos disponíveis, conseguiram alcançar resultados impactantes em apenas 2 anos de existência como rede.

De uma forma geral, durante os três dias da Conferência foram apontadas várias barreiras e muitos desafios, o que chamou a atenção da necessidade de uma cidadania activa em Moçambique, plataformas, redes e movimentos para poder trabalhar de uma forma conjunta com o Governo nas diferentes etapas: construir, adaptar, formar, capacitar, apoiar o SNS para poder prover melhores serviços que sejam abrangentes e inclusivos para todos/as.

Do nosso ponto de vista, como rede de organizações, a II Conferência Internacional sobre Determinantes Sociais da Saúde de Maputo contribuiu para:



1. Gerar e enriquecer os debates em prol dos Determinantes Sociais da Saúde e o exercício do Direito à Saúde em Moçambique e à escala global, mediante abordagens interdisciplinares, integrais e multisectoriais de género e direitos humanos.
2. Abordar a problemática da desnutrição em Moçambique, com contribuições de diferentes disciplinas e sectores, para analisar as suas causas, consequências e possíveis medidas e políticas a adoptar.
3. Aumentar a consciencialização e o compromisso de todos os actores e pessoas envolvidas de adoptar medidas concretas para actuar sobre as iniquidades, os Determinantes Sociais da Saúde e garantir o pleno exercício do direito à saúde de toda a população, particularmente em Moçambique.
4. Partilhar experiências de construção de alternativas, estratégias e resistências, a nível nacional e internacional, com potencialidade para orientar e inspirar novas propostas para eliminar as desigualdades e iniquidades no acesso à saúde da população, especialmente a que vive em condições de vulnerabilidade, conflito, exclusão e marginalização.
5. Gerar debates sobre os Determinantes Sociais da Saúde e o exercício do Direito à Saúde, ressaltando as dinâmicas resultantes das diferentes relações de poder entre homens e mulheres e promovendo a inclusão e as perspectivas dos grupos mais desfavorecidos e marginalizados.

Para mais informação:

<https://aliancaparasaude.org/pt/pesquisa-1/conferencia-internacional-dss>

<https://aliancaparasaude.org/pt/noticias/conferencia-internacional-determinantes-sociais-saude>



3. GESTÃO DA REDE ALIANÇA PARA A SAÚDE

A gestão da rede é feita pela coordenação da mesma. Esta marca as reuniões de coordenação e planificação, assim como, reuniões extraordinárias. Durante o ano 2022, foram realizadas reuniões mensais de coordenação e outras extraordinárias. Foi criado em 2021 o **Grupo de Comunicação**, que tem vindo a funcionar muito bem. Através deste são discutidos e elaborados materiais e produtos comunicacionais. No início de 2022, no encontro de planificação criou-se o grupo de pesquisa, entretanto este não realizou encontros e nem actividades. O **Grupo de Coordenação de Género** realizou encontros e sessões formativas com vista a avançar com a agenda de advocacia e campanha na componente de VBG.

Mecanismos de coordenação e planificação: os espaços de coordenação e planificação tem sido os encontros tanto físicos como virtuais. Os mecanismos usados são o grupo de email e o da plataforma de WhatsApp. Todas as actividades realizadas pela **Aliança para a Saúde**, são publicadas na sua página web <https://www.aliancaparasaude.org/pt>, disponível em duas línguas (português e inglês), assim como nas redes sociais (Instagram⁵ e Facebook⁶). Nestas plataformas, são partilhadas todas as actividades, acções de advocacia, assim como pesquisas e artigos, tanto da rede como dos seus membros.

Os membros da rede tem desempenhado um papel preponderante para os avanços da rede. É visível este papel se observadas as acções reportadas neste relatório. Há um sentido de pertença e de grupo por parte dos membros e que precisa ser fortalecido e mantido no ano 2023. A rede verificou um crescimento em termos de adesão de novos membros, tendo crescido em mais de 4 organizações da sociedade civil e pessoas que se candidataram de forma individual.

Em termos de **Fundos e sua gestão**, referir que a **medicushmani** continua sendo a única organização-membro financiadora das acções da **Aliança para a Saúde**, através de fundos da AECID, Open Society

⁵ <https://www.instagram.com/aliancaparasaude/>

⁶ <https://www.facebook.com/aliancaparasaude>



Foundations e Município de Barcelona. Esta situação mostra que precisamos buscar de forma conjunta novos fundos, para garantir a sustentabilidade da rede e a continuidade das acções da mesma.

A única excepção – e que merece o nosso profundo agradecimento – foi o apoio do **Programa Potenciar** para actividades específicas, como participação na realização da **II Conferência Internacional sobre DSS** e a **2ª Mostra de Cinema**, nomeadamente na temática de Humanização Obstétrica.

As organizações-membro da rede devem incluir actividades desta nos seus planos. Isto aliviará a dependência desta em relação aos fundos da **medicmundi**, e ampliará a intervenção e a presença nacional. Assim como possibilitará a criação de um Secretariado, que seja independente da **medicmundi**, pois os recursos humanos precisam de ser sustentados pela própria rede.

Para além da mobilização de recursos financeiros, precisa-se mobilizar conhecimentos e novos membros. Estas actividades devem ser realizadas de forma contínua e sob a responsabilidade de todos os membros.

4. Proposta de acções para o ano 2023

1. Difusão dos materiais IEC da campanha Activa-te Pelo Direito à Saúde;
2. Estreia do Seriado Activa-te Pelo Direito à Saúde;
3. Realização de campanha sobre melhoria dos serviços de VBG;
4. Acções de advocacia sobre o direito a saúde
5. Campanha sobre privacidade nas unidades sanitárias;
6. Finalização da pesquisa sobre financiamento de sector de saúde em Moçambique e seu impacto da qualidade dos Cuidados de Saúde Primários;
7. Elaboração e disponibilização do curso sobre Igualdade de género e empoderamento das mulheres em contexto de mudanças climáticas;
8. Criação do núcleo de Cabo Delgado;
9. Realização de actividades de sensibilização em Cabo Delgado – Campanha Activa-te;



10. Mostra de Cinema em Cabo Delgado;
11. Revisão do documento da proposta da revisão da CDDD;
12. Afixação de cartazes da CDDD e indumentária.
13. Realizar acções de mobilização comunitária para melhoria do engajamento masculino nos serviços de saúde.

5. Conclusões

O ano 2022 foi marcado por várias mudanças em termos de contexto social e político, conforme referido no relatório. No entanto, esta situação não limitou a realização das actividades da **Aliança para a Saúde**.

O espaço cívico em Moçambique mostra-se cada vez mais controlado. As ruas, que devem ser um espaço da cidadania, tornam-se cada vez mais um espaço de proibições e coerção. Esta situação pode contribuir para despertar uma maior influência das redes, associações e movimentos sociais. Neste contexto de limitação dos direitos humanos dos moçambicanos, é necessária, portanto, uma maior presença de redes, associações e movimentos, desempenhando o seu papel de monitoria, pressão social e participação em todos os processos de desenvolvimento (planificação, implementação, monitoria e avaliação).

A **Aliança para a Saúde** conseguiu através de fundos disponibilizados pela AECID, Município de Barcelona e Open Society Foundations, realizar todas as actividades reportadas neste documento. É de salientar também apoio do **Programa Potenciar** para actividades específicas, como comparticipação na realização da **II Conferência Internacional sobre DSS** e a **2ª Mostra de Cinema**, nomeadamente na temática de Humanização Obstétrica.

E para o ano 2023, espera-se continuar com o apoio destes parceiros, assim como, buscar novas fontes de financiamento, através dos seus membros e apoio locais, além de ampliar as acções da rede à província de Cabo Delgado.



Para aderir à **Aliança para a Saúde**, ver:

<https://aliancaparasaude.org/pt/conhece-nos#>

Muito obrigada,

Violeta Bila (Coordenadora da Aliança para a Saúde)

Maio de 2023